

Justiça e Racismo Ambiental/ Racismo Climático



Prof. Dr. Pedro Henrique Campello Torres
Prof. Dr. Paulo Sinisgalli

24/08/2023

Disciplina PCA 5043: Justiça Climática,
Cidades e Desigualdades Ambientais

CANADÁ



<https://www.youtube.com/watch?v=1CgKFFwdhww>

Havai



<https://www.youtube.com/watch?v=nylkQBD7kMY&t=3s>

Temas:

Daniel Noboa Luisa González

Resultados Noticias Candidatos A l

Elecciones Presidenciales 2023

Quito sin Minería: “Vigila sobre el Chocó Andino”

Fred Larreátegui, abogado de Quito sin Minería, dijo que las reserva de biosfera del Chocó Andino no podrán pasar a fa



Fred Larreátegui, abogado de Quito sin Minería, en una rueda de prensa



YASunidos @Yasunidos · 21 de ago

¡Hoy hicimos historia!

Esta consulta, nacida desde la ciudadanía, demuestra el mayor consenso nacional en Ecuador. Es la primera vez que un país decide defender la vida y dejar el petróleo bajo tierra.

¡Es una victoria histórica para Ecuador y para el planeta!

#SíalYasuní



174

1.815

3.700

725,1 mil



<https://twitter.com/ClimaInfoNews/status/1691858267406848415>

<https://www.youtube.com/watch?v=FbysyeXLSWo>

O conceito de Justiça Climática

A culpa não é da chuva: é do racismo ambiental

Política urbana é responsável por pessoas negras e periféricas estarem em risco



Mariana Belmont

Jornalista, militante da Uneafro Brasil e diretora de Clima e Cidade no Instituto de Referência Negra Peregum

Ninguém aguenta mais.

Há um ano escrevemos aqui nesta mesma coluna que "[Não é falta de visão de futuro do povo: é racismo ambiental](#)". De novo, vários textos como esse serão escritos e registrados na memória de quem perdeu tudo. Segue perdendo. E quem causa isso?

Racismo Ambiental não acontece nos morros de Perdizes.



marianabelmont__ · Seguir



marianabelmont__ O termo "justiça climática" europeu demais para o que vivemos na América Latina, branco demais. Escrevi sobre isso várias na coluna. Racismo ambiental apresenta o que acontece de fato nas cidades.

Em outubro do ano passado a relatora da ONU, Tendayi Achiume, reforçou isso. O relatório explica por que não pode haver mitigação ou resolução significativa da crise ecológica global sem uma ação específica para lidar com o racismo sistêmico, em particular os legados raciais históricos e contemporâneos do colonialismo e da escravidão.

Como resultado, temos a falta de



502 curtidas

8 DE FEVEREIRO

Entrar para curtir ou comentar.



ionais

ACIONAIS

O paradoxo da justiça climática no Brasil: o que é e para quem?

Embora ainda pouco conhecido no Brasil, o conceito de justiça climática é definido pela conexão entre direitos humanos e as mudanças climáticas

Andréia Coutinho Louback

31 de julho de 2020



Há uma infinidade de ensaios, estudos de caso e definições que ilustram o conceito de justiça. Entre tantas abstratividades, sua interpretação nos permite acolher um panorama norteador de princípios morais, políticos e humanitários. Ela é como uma bússola que nos permite avaliar se estamos trilhando um caminho em direção à preservação dos direitos e da igualdade para todos e todas. Em sua essência, aguça o nosso faro individual e coletivo na percepção do que é “justo e correto” na perspectiva do bem comum.

Antes de mais nada, cabe aqui alinharmos nossas expectativas para este texto. Não se trata de uma análise jurídica, baseada em arquétipos de leis. O que proponho, efetivamente, é um olhar atento, honesto e realístico para uma das agendas mais importantes do cenário global, inserida em um forte campo de disputas político-sociais. A complexidade do tema das mudanças climáticas, para mim, é um paradoxo inconcluso, que nos desafia a repensar a representatividade e as contradições do conceito de justiça na pauta do clima. O que, de fato, é? E para quem é?

Conceito e contexto: justiça climática

Embora ainda pouco conhecido no Brasil, o conceito de justiça climática é definido pela conexão entre direitos humanos e as mudanças climáticas. Um dos principais expoentes do movimento que discute a pauta pela lógica do direito e inclusão da população mais afetada pelos extremos climáticos é a Fundação Mary Robinson. Em sua definição dos princípios conceituais, ela pontua:

“A justiça climática vincula direitos humanos e desenvolvimento para alcançar

uma abordagem centrada no humano, a salvaguarda dos direitos das pessoas

Há uma infinidade de ensaios, estudos de caso e definições que ilustram o conceito de justiça. Entre tantas **abstratividades**, sua interpretação nos permite acolher um panorama norteador de princípios morais, políticos e humanitários. Ela é como uma bússola que nos permite avaliar se estamos trilhando um caminho em direção à preservação dos direitos e da igualdade para todos e todas. Em sua essência, aguça o nosso faro individual e coletivo na percepção do que é “justo e correto” na perspectiva do bem comum.

Embora ainda pouco conhecido no Brasil, o conceito de justiça climática é definido pela conexão entre **direitos humanos e as mudanças climáticas**. Um dos principais expoentes do **movimento** que discute a pauta pela lógica do **direito e inclusão da população mais afetada pelos extremos climáticos é a Fundação Mary Robinson**. Em sua definição dos princípios conceituais, ela pontua: *“A justiça climática vincula direitos humanos e desenvolvimento para alcançar uma abordagem centrada no humano, a salvaguarda dos direitos das pessoas mais vulneráveis e partilha dos encargos e benefícios da mudança do clima e seus impactos equitativos e justos. A justiça climática é informada pela ciência, responde à ciência e reconhece a necessidade de administração equitativa dos recursos mundiais”*

Falar de justiça climática, então, nos provoca – e **convoca** – à impossibilidade de discutir uma **perspectiva sobre futuro sem a participação periférica, dos homens e mulheres negras, da população quilombola, das comunidades tradicionais e de outros grupos marginalizados e ditos como “vulneráveis”**. O paradoxo que vemos hoje é uma composição branca e homogênea da comunidade climática, ensimesmada em seus debates diplomáticos com mesmos atores, porta-vozes, negociadores, lideranças e clubes excludentes que ousam falar de clima sem falar de desigualdades sociais e raciais. Ousam discutir a elevação da temperatura e tratados internacionais sem a participação de mulheres negras. Ousam à exaltação de temáticas enigmáticas, como

- “precificação de carbono” e “recuperação econômica verde”, sem ao menos refletir sobre privilégios,

Não faz muito tempo que um flagrante muito simbólico veio à tona nas redes sociais. Quem ainda recorda do episódio da ativista jovem **Vanessa Nakate**, de Uganda, que teve sua imagem cortada de uma foto por Caro David Ake, diretor de fotografia da Associated Press (AP).

O argumento: “Foi apenas para melhorar a composição da imagem”. Uma justificativa vazia e sem sentido, ainda mais se considerarmos o fato de que havia outros quatro jovens brancos da mesma imagem. Ou seja, a invisibilidade não se dá apenas na arena da participação, mas também da representação em processos decisórios. O debate climático envolve tantas variáveis que se torna ilegítimo quando não se tem uma perspectiva interseccional na proposição e formulação de políticas climáticas.





Respect and Protect Human Rights

Support the Right to Development

Share Benefits and Burdens Equitably

Ensure that Decisions on Climate Change are Participatory, Transparent and Accountable

Use Effective Partnerships to Secure Climate Justice

Highlight Gender Equality and Equity

Harness the Transformative Power of Education for Climate Stewardship



"Nada sobre nós sem nós"

<https://www.youtube.com/watch?v=ITdOuqHlMM>

Antonio Prata

Escritor e roteirista, autor de "Por quem as panelas batem"

SEGUIR 



LGBTQIA+ · TWITTER

Tiro no pé

Achar que só mulher pode falar sobre mulher, negro sobre negro, muçulmano sobre muçulmano, etc., é um retrocesso cultural, não um avanço



19.ago.2023 às 13h06

 EDIÇÃO IMPRESSA

 Ouvir o texto **A-** **A+**

Tempos atrás um amigo meu, escritor e professor de literatura, propôs a um centro cultural um curso sobre uma poeta italiana, pouco conhecida no Brasil. O diretor da instituição respondeu que não pegaria bem, hoje em dia, ele, homem, dar um curso sobre uma [mulher](#). Como nenhuma professora jamais propôs dar aquele curso, perdemos todos: homens, mulheres e a poeta italiana.

Cotas são fundamentais. É preciso abrir espaços para quem esteve historicamente fora dos lugares de poder. Mas daí pra achar que só mulher pode falar sobre mulher, negro sobre negro, muçulmano sobre muçulmano, etc., é um retrocesso cultural, não um avanço.

Para piorar, algumas pessoas acham que se, "hoje em dia", os homens não devem falar sobre mulheres, tampouco deveriam falar sobre si próprios. Ano passado estreei uma [peça chamada "Muito pelo Contrário"](#), encenada pelo ator Emílio Orciollo Netto. É a história de um casal cujo filho nasce no dia em que o [governador decretou a](#)



Leandro Demori ✓

@demori

Chocado que tem gente que nunca ouviu esse sotaque e que ta se perdendo geral na palavra “colono”. Minha família toda é de colonos, miseráveis italianos que foram migrando para o oeste do Brasil.

Confundir o empreendimento privado-estatal da colonização com os “colonos” é erro básico. Tem vasta bibliografia na internet. É preciso ter atenção pra não fazer o jogo de jogar pobres contra pobres. Falei disso algumas vezes.

Muitos colonos se tornaram de extrema direita? Sim: e tantos outros fundaram o MST. Alguns descendentes hoje são os caras da vinícola escravocrata, outros são agricultores familiares que pena pra chegar no fim do mês. A vida é mais complexa do que a lacradinha do twitter.

Quando fui pra “cidade” eu tinha vergonha do meu sotaque, que perdi com os anos. Hoje não tenho mais a mesma visão sobre a “colônia”. Eu só tinha a vivência mas não tinha estudo, fui atrás pra saber antes de espalhar bobagem.

david ✓ @vanglockkk · 18 de ago

vendo esse vídeo eu comecei a duvidar da minha fluência em português



... <https://twitter.com/vanglockkk/status/1692373800610873665>

Leandro Demori ✓ @demori

Colono ❤️

MST Oficial @MST_Oficial · 15 de ago

"me procuraram e que me disseram "oh João Pedro tu que é um jovem metido aí... Filho de Colono que gosta das causas camponesas, você não quer se juntar a nós e nos ajudar nesse tema dos conflitos de terra?" 😊

#TôComMST



10:47 AM · 21 de ago de 2023 · 18,9 mil Visualizações

Rafael Seiz @FormatoForFun · 21 de ago

Pessoal ta confundindo colono com colonizador, e ignorando que essas famílias que vieram estavam fodidas devido aos conflitos de unificação da Itália/Alemanha + consequências dos cercamentos que a burguesia europeia fez durante os 1800

2 53 2.873

Leandro Demori ✓ @demori · 21 de ago

Erro básico. Qualquer iniciação científica na área sabe disso.

1 22 2.164

Pablo Pandolfo @pablo_pandolfo · 21 de ago

Descendente de colono falando. Sei que existe o orgulho de ter chegado aqui e batalhado bastante pra se erguer, mas isso não exclui o fato de que essas pessoas foram trazidas pra Brasil pra COLONIZAR as terras, assim impedindo indígenas e negros de ter acesso as mesmas. Fato

8 109 13,3 mil

Leandro Demori ✓ @demori · 21 de ago

“Confundir o empreendimento privado-estatal da colonização com os “colonos” é erro básico.”

3 157 5.934



OPINIÃO

Justiça climática no Brasil: a importância de falar o óbvio e a retomada da força ancestral

Pedro Henrique Campello Torres 13 Feb 2023 (atualizado 14 abr 2023 às 11h49)

A Justiça Climática por aqui, precisa ser também uma luta por mais democracia, contra a necropolítica, uma luta humanitária em que os impactos afetam diretamente a vida cotidiana das populações negras e periféricas – bem como das populações tradicionais

TEMAS

DESIGUALDADE

MEIO AMBIENTE

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PARCEIRO

GOVAMB/MACROAMB/FAPESP

COMPARTILHE



NEWSLETTER

Em seu discurso de posse como Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, o professor Silvio Luiz de Almeida lembrou didaticamente da importância, primeira, de falar-se o óbvio, sobretudo face ao negacionismo para a área (além de outras áreas) nos últimos quatro anos ¹. A segunda, conectada com a ideia pregressa, de nominalmente mencionar, um a um, todos aqueles brasileiros e brasileiras que “existem” e que, nas palavras do Ministro, “são valiosos para nós”. Almeida passa, então, a mencionar nominalmente os: “trabalhadoras e trabalhadores”, “mulheres do Brasil”, “homens e mulheres pretos e pretas do Brasil”, “povos indígenas”, “pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, intersexo e não binárias”, “pessoas em situação de rua”, “pessoas com deficiência, pessoas idosas, anistiados e filhos de anistiados, vítimas de violência, vítimas da fome e da falta de moradia”, “que sofrem com a falta de acesso à saúde, companheiras empregadas domésticas”,

Achille Mbembe

NECROPOLÍTICA

Uma cidade que não combate o racismo ambiental age em prol da necropolítica



ClimaInfo: **Como definir o racismo ambiental brasileiro?**

Gabrielle: Existem definições complementares para esse **conceito**. Eu me alinho ao entendimento de que o **racismo ambiental é qualquer política, legislação ou prática que atue na reprodução segregada do espaço. Espaço é poder, espaço é acesso.** Essa fragmentação excludente, que é fruto de um **projeto**, apesar de ser normalizada como efeito colateral do “progresso”, tem como consequência a oferta/omissão desigual de serviços e infraestruturas para populações historicamente vulnerabilizadas.

ClimaInfo: **Na sua visão, o que deve ser feito nas diferentes esferas da sociedade para um combate real ao racismo ambiental?**

Gabrielle: O real combate só será possível a partir de **eixos antirracistas: a implementação de uma participação intergeracional inclusiva da população nos processos de tomada de decisão, a reparação social dos grupos afetados, o investimento em tecnologias sociais sustentáveis, o fortalecimento das legislações de proteção ambiental e o compartilhamento de saberes.** Para que a participação seja efetiva e informada, é preciso um amplo acesso à informação, transparência e inclusão digital. As populações vulnerabilizadas, especialmente as juventudes, precisam não só ter o seu direito à consulta garantido, como precisam ocupar lugares na mesa de construção das políticas públicas.

Quanto à **reparação**, é preciso que os compromissos climáticos assumidos pelos governos sejam cumpridos, que seja exigida a demarcação das terras indígenas e rejeitada a tese do marco temporal. O investimento em tecnologias sociais, além de promover a autodeterminação dos povos, promoverá a emancipação dos territórios e potencializará a juventude. Sobre as legislações, constata-se que o atual governo (*do presidente Jair Bolsonaro*) promoveu um afrouxamento de instrumentos jurídicos e dos órgãos de fiscalização e controle, e isso também é uma dimensão do racismo ambiental. Ações como essas impactam desproporcionalmente os povos da floresta e todos que dela dependem, direta ou indiretamente, tornando-nos vítimas das consequências da permissividade dos crimes ambientais – por isso, a proteção socioambiental deve ser implementada e fortalecida.

18/08/2023

Bernadete Pacífico, líder quilombola, é assassinada a tiros na Bahia

ENVIADO POR / FONTE [Folha de São Paulo, por Cristina Camargo e João Pedro Pitombo](#)



Bernadete Pacífico era líder quilombola na Bahia e coordenadora da Conaq (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos) - Conaq/Divulgação

COMPARTILHADO

 Facebook

 Twitter

 WhatsApp

 LinkedIn



Governo federal envia equipes ao local do crime, e governador da Bahia promete empenho na investigação; Vítima teve o filho morto há seis anos

+ sobre o tema

[Documentário Projeto Rappers: o encontro do hip hop com o feminismo negro](#)

19/08/2023

0

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

ALTA LETALIDADE

Escalada da violência policial: Bahia lidera ranking com 22% do total de mortes pela polícia no país

Só nas últimas semanas, Bahia já contabiliza 32 mortos em ações policiais no estado

Bruna Hercog

Brasil de Fato | Salvador (BA) | 17 de Agosto de 2023 às 09:43



Alunos afirmam que helicóptero da Polícia Civil atirou em escola na Maré, Zona Norte do Rio

Desde cedo houve relatos de intenso tiroteio. Vídeos nas redes sociais mostram aeronave dando rasantes ao som de tiros.

Por G1 Rio
18/09/2019 11h39 - Atualizado há 3 anos



OPINIÃO Greve global pelo clima e guerra urbana no Brasil: Precisamos falar sobre isso Como mobilizar jovens em contextos de extrema desigualdade e violência, que tornam indissociável a questão ambiental da social?

21/09/2019 05:00 -03 Pedro Henrique C. Torres Cientista social e planejador urbano

Greve Climática Mundial e Guerra Urbana no Brasil: precisamos falar sobre isso¹

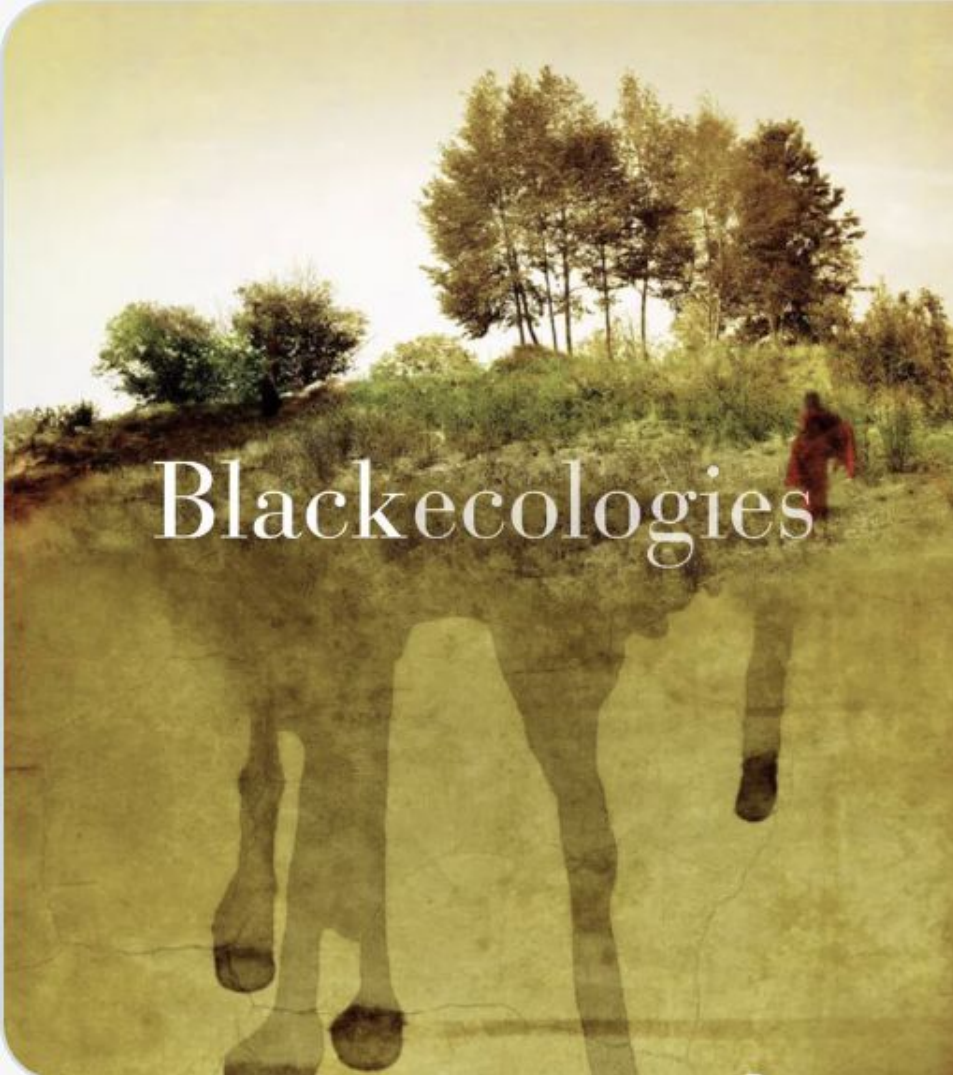
Um dos objetivos da Greve Climática Mundial convocada para os dias 20 e 27 de setembro de 2019 é exigir ações concretas face à conjuntura de emergência climática contemporânea. Um segundo objetivo, decorrente do primeiro, é aumentar o número de simpatizantes à causa, o que reforçaria a meta inicial.

Em Nova Iorque o prefeito Bill de Blasio autorizou a participação dos alunos da rede pública na manifestação, enquanto Universidades da cidade, como CUNY - *The City University of New York* - cancelaram as aulas possibilitando que mais e mais estudantes, professores e funcionários se juntem às manifestações. Movimento semelhante está previsto para Los Angeles, São Francisco, Londres, Paris, Estocolmo, entre outras cidades do chamado Norte Global.

Cidades do Sul Global, como São Paulo, Mumbai e Johannesburgo também prometem grandes mobilizações para as datas convocadas. Como mobilizar jovens e estudantes em contextos de extrema desigualdade social, violência e vulnerabilidades que marcam o território do Sul Global e tornam indissociáveis a questão ambiental da social?

Como mobilizar as crianças do Complexo de Escolas Salsa e Merengue, no Complexo da Maré no Rio de Janeiro, alvejadas de helicóptero no dia 18 de setembro, por ação policial em horário escolar? O que as convencerá, a seus pais, amigos e professores, de que a prioridade de sua luta e ativismo deverá ser a emergência climática?

No dia 25 de julho desse ano, Greta Thunberg, ativista sueca de 16 anos, e grande responsável pelo espalhar da greve climática nos cinco continentes mandou uma mensagem aos jovens brasileiros: 'É preciso se conscientizar sobre o que está

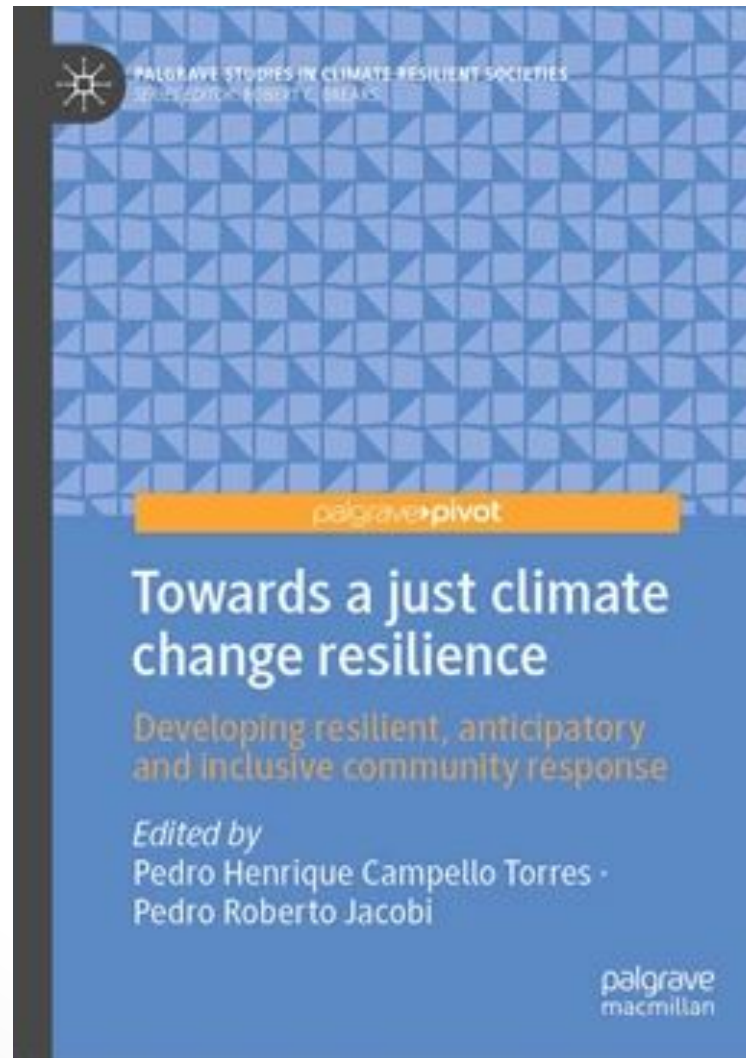


- 4 Food is Free: An Interview with Ujamaa in South Africa
- 6 What Hurricane Katrina Revealed about the Social Dimensions of New Orleans, Louisiana by Justin Hosbey
- 8 The Sacrifice by Wandeka Gayle
- 11 Neptune in Pisces by Arielle John
- 12 Forests are Black Futures by Danielle Purifoy
- 14 For Anacostia Park and My Father Upon Cogo's Return to the River by Nina Angela Mercer
- 18 Field Notes at the End of the World by Ashané Reese
- 22 Prophetic Black Ecologies: Liberatory Agriculture on Beulah Land Farms by Priscilla McCutcheon
- 26 On Dying Land: the Afterlife of Toxicity in an Afromexican Community, by Jayson Maurice Porter & Mezli Yoalli Rodríguez
- 30 From Extractive Agriculture to Industrial Waste Periphery: Life in a Black-Puerto Rican Ecology by Hilda Lloréns & Carlos Garcia-Quijano
- 37 On Black Women's Ecologies, by Carlyn Ferrati
- 39 In Front of the Water Tower by Lavinia Jackson
- 40 Trouble In The Water: Maroon Arrangements of an Insurgent Ecology by Kathryn Benjamin-Golden
- 46 And To Mud You Shall Return by Arielle John
- 47 The Commodification of Black Resistance and Black Death in the Revolutionary Era Chesapeake Bay by Adam McNeil
- 50 Honoring Tappahannock historian and writer, Mrs. Lillian H. McGuire
- 51 Fishtail by Larry D. Giles
- 55 Liberating Tappahannock and other rural communities from the shadow of the Confederacy: An interview with Activist Reginald Carter, Jr.
- 57 An Interview with Cherlanda Sidney-Ross
- 58 The Past, Present and Future of Essex County, Virginia is Me, by Ronnie Sidney, II

co-edited by Justin Hosbey, J.T. Boone, Emerald Rutledge, and Terria Williams
credit Social Science Research Council as well as Rutgers ISGR

Black Ecologies Zine. 64 pages of brilliance--poetry, fiction, essays, interviews, and original art by Alissa Diamond. This is a resource we hope you will consider using in classroom or community.

Justiça Climática a partir do Sul Global



Justiça Climática no Brasil

Environmental Justice, Vol. 13, No. 2 | Original Articles

Is the Brazilian National Climate Change Adaptation Plan Addressing Inequality? Climate and Environmental Justice in a Global South Perspective

Pedro Henrique Campello Torres ✉, Ana Lia Leonel, Gabriel Pires de Araújo, and Pedro Roberto Jacobi

Published Online: 16 Apr 2020 | <https://doi.org/10.1089/env.2019.0043>

[View article](#)

[Tools](#) [Share](#)

Abstract

This article approaches the theme of climate change rights and justice within the framework of climate expressed in this part of the Global South, a litera

[Figures](#)

[References](#)

[Related](#)

[Details](#)



Information

Copyright 2020, Mary Ann Liebert, Inc., publishers

To cite this article:

Pedro Henrique Campello Torres, Ana Lia Leonel, Gabriel Pires de Araújo, and Pedro Roberto Jacobi.
Environmental Justice. Apr 2020. 42-46.
<http://doi.org/10.1089/env.2019.0043>

Efecto Nueva Zembla y Justicia Climática en Brasil: adaptación sin justicia no es adaptación, es espejismo

New Zembla Effect and Climate Justice in Brazil: adaptation without justice is not adaptation, it is mirage

Pedro Henrique Campello Torres pedrotorres@usp.br
Universidade de São Paulo, Brasil

Ana Lia Leonel ana.lia@ufabc.edu.br
Universidade Federal do ABC, Brasil

Gabriel Pires de Araújo gabriel.pires.araujo@usp.br
Universidade de São Paulo, Brasil

Pedro Roberto Jacobi prjacobi@gmail.com
Universidade de São Paulo, Brasil

Efecto Nueva Zembla y Justicia Climática en Brasil: adaptación sin justicia no es adaptación, es espejismo

Terra. Nueva Etapa, vol. XXXIV, núm. 59, 2020

Universidad Central de Venezuela



ESTUDOS AVANÇADOS 35 (101), 2021

Justiça Climática e as estratégias nacionais de adaptação às mudanças climáticas no Brasil e Portugal

Pedro Henrique Campello Torres¹, Alberto Matenhauer Urbinatti², Carla Gomes³, Luísa Schmidt⁴, Ana Lia Leonel⁵, Sandra Momm⁶, Pedro Roberto Jacobi⁷

Resumo

Políticas, planos e estratégias de adaptação às mudanças climáticas têm ganhado agenda de governos em todo planeta e em diversas escalas. Estariam os atuais instrumentos endereçando a redução de desigualdades, justiça e demanda por direitos? A primeira parte da pesquisa analisa a produção científica no Brasil e em Portugal sobre justiça climática. A segunda parte discute como as estratégias e políticas atuais de adaptação nos dois países contêm componentes relacionados à justiça.

Palavras-chave: Justiça Climática, Brasil, Portugal, Adaptação

SOBRE O IBEU

O Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) mensura o nível das condições urbanas necessárias para se viver nas cidades, especialmente nos grandes centros urbanos do país. As condições urbanas consideradas foram aquelas que se caracterizam como bens ou serviços coletivos. Os bens ou serviços coletivos são aqueles que nenhum indivíduo é capaz de adquirir sozinho, tampouco consumir individualmente. São bens ou serviços que só podem ser adquiridos e consumidos de modo coletivo, como pavimentação, rede de esgoto, arborização entre outros aspectos. Esses bens ou serviços expressam, portanto, a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos e que são promovidos pelo mercado, via o consumo mercantil, ou pelos serviços prestados pelo Estado.

O IBEU é constituído por vinte indicadores que estão organizados por cinco dimensões urbanas:

- 1) Mobilidade
- 2) Condições ambientais
- 3) Condições habitacionais
- 4) Atendimento de serviços coletivos
- 5) Infraestrutura

O IBEU foi construído sob três perspectivas segundo sua abrangência espacial:

a) IBEU Global: comparação entre as 15 principais metrópoles do país.

No IBEU Global o resultado obtido de cada lugar, em cada escala geográfica presentes nas 15 principais metrópoles do país. Portanto, o resultado de entre as 15 metrópoles consideradas: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Campinas, Grande Vitória, Goiânia, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus.

b) IBEU Local: comparação entre os bairros (áreas de ponderação) de cada cidade.

No IBEU Local o resultado obtido de cada bairro decorre da relação entre onde a análise foi realizada. Portanto, a análise feita decorre de uma perspectiva local.

Secas e estiagens representam a categoria de desastres naturais com maior registro de ocorrências no país, representando cerca de 70% dos municípios atingidos por algum desastre em 2013. Isso representou 12 milhões de pessoas afetadas pela seca nesse ano.

Foi com base nesses e em outros números, que o WWF-Brasil, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração lançam o estudo IVDNS – Índice de Vulnerabilidade aos Desastres Naturais relacionados às Secas no Contexto das Mudanças do Clima.

O material surgiu como uma resposta à lacuna de estudos sobre a vulnerabilidade do país a secas e estiagens no contexto da mudança do clima, visando contribuir para o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), cuja discussão começou em 2013 e culminou no lançamento do PNA em 2016.

A presente publicação apresenta uma análise da vulnerabilidade do Brasil a secas a partir de uma visão integrada do desastre, tendo como ponto de partida um índice composto por variáveis e subíndices que fazem sua representação em três dimensões: i) climática; ii) socioeconômica; e iii) físico-ambiental. Todos estes índices estão em formato aberto e disponíveis para download, no menu ao lado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
18ª Legislatura – São Paulo, 22 de Agosto de 2023

AGENDA | PROJETOS | LEGISLAÇÃO | | BUSCAR

PRINCIPAIS RESULTADOS | METODOLOGIA | BASE POR SETOR CENSITÁRIO

IPVS versão 2010

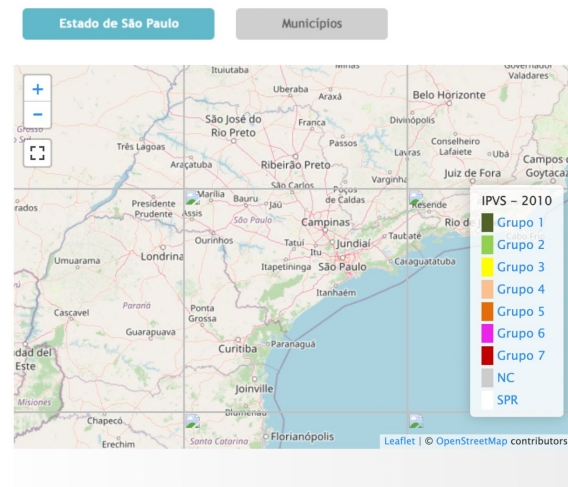
Índice Paulista de Vulnerabilidade Social



Conheça também:

IPRS

Índice Paulista de Responsabilidade Social



Vulnerabilidade (IPVS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA | INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA | SEADE

Assembleia Legislativa

O Estado de São Paulo, especialmente nos grandes centros urbanos, apresenta enormes desigualdades sociais, com áreas de alto padrão de qualidade de vida e outras de extrema miséria. Um crescimento econômico que não foi capaz de atender aos benefícios a grande

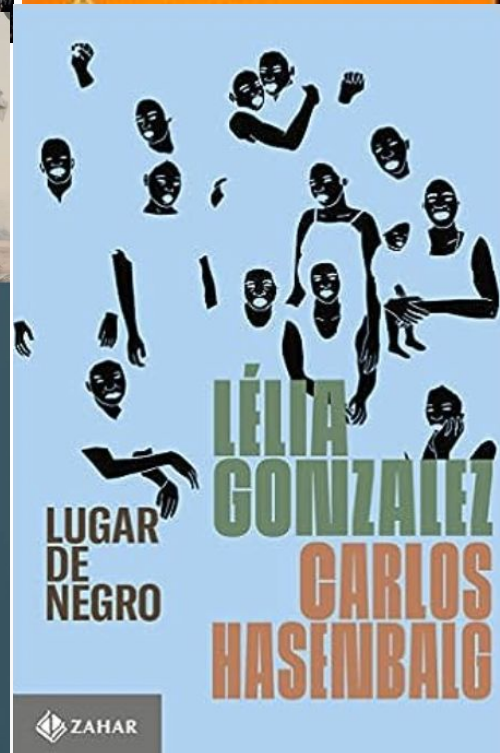
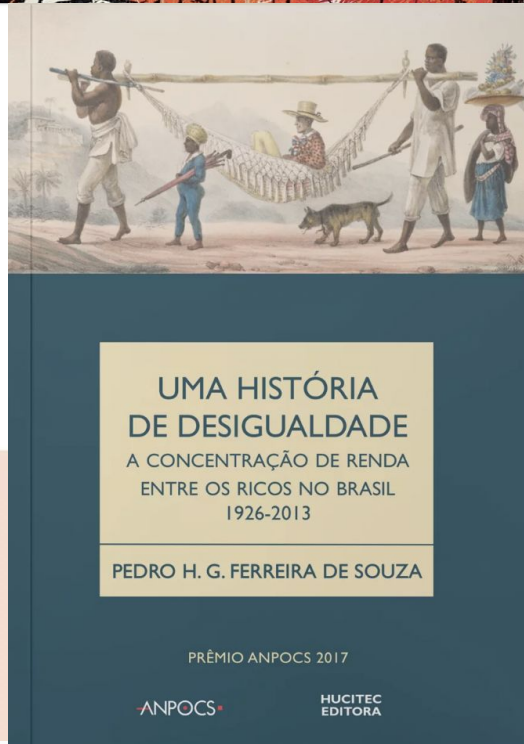
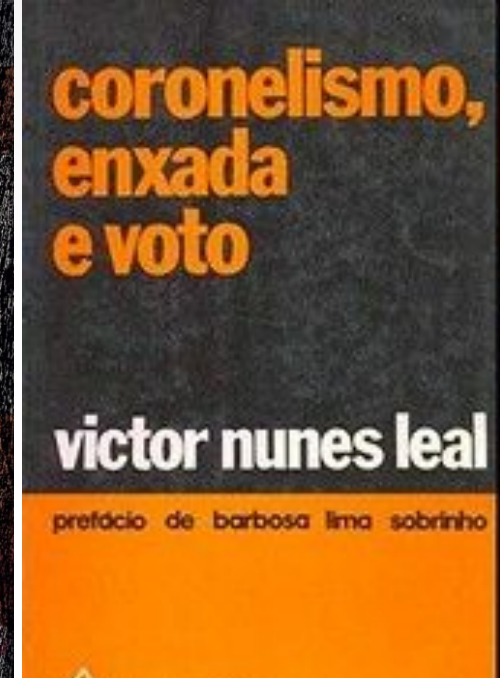
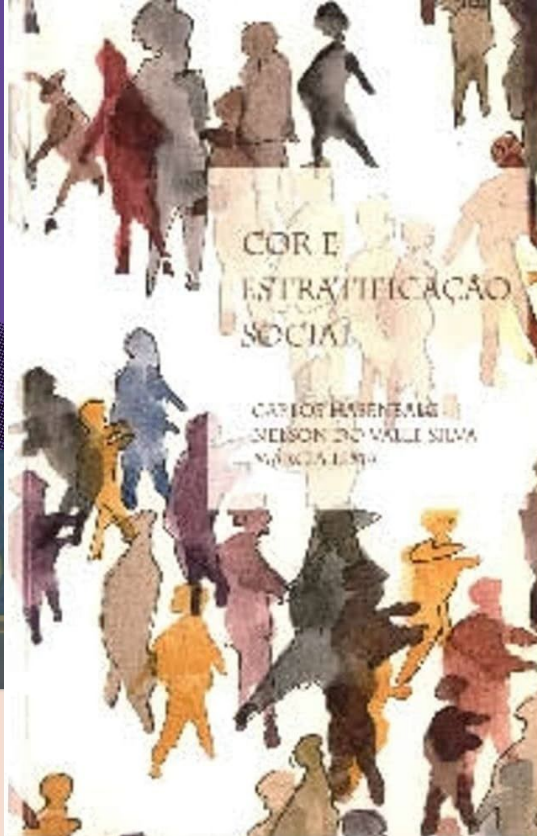
QUEM PRECISA DE JUSTIÇA CLIMÁTICA NO BRASIL?



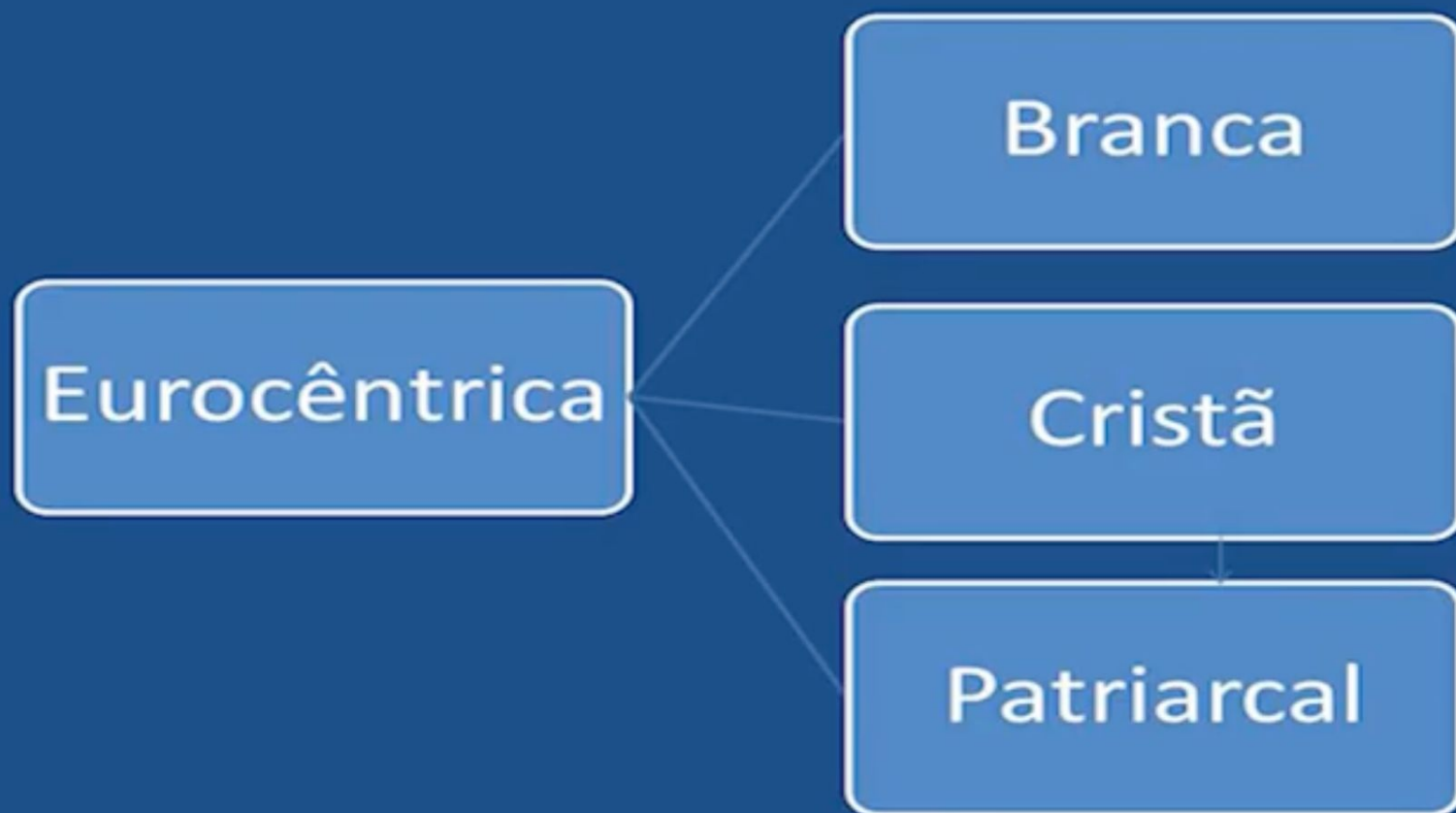
<https://www.instagram.com/tv/CXhJTU2BNvD/>

“Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio.
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português”.

*Erro de
Português,
de Oswald de
Andrade*



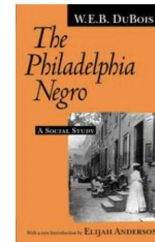
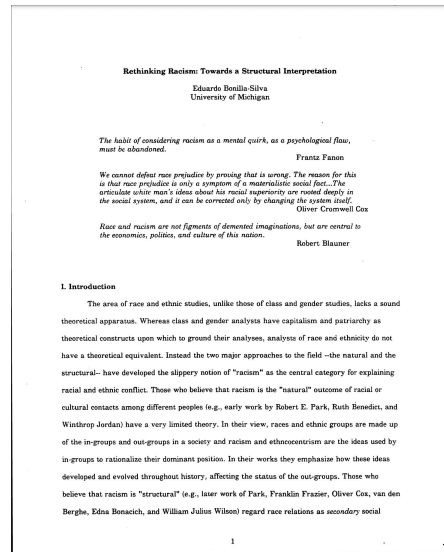
Paradigmas da formação da sociedade brasileira





O QUE É RACISMO ESTRUTURAL? | Silvio Almeida

<https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>



The Philadelphia Negro: A Social Study

W. E. B. DuBOIS

With a new Introduction by ELIJAH ANDERSON

Together with a Special Report on Domestic Service by ISABEL EATON

Copyright Date: 1996

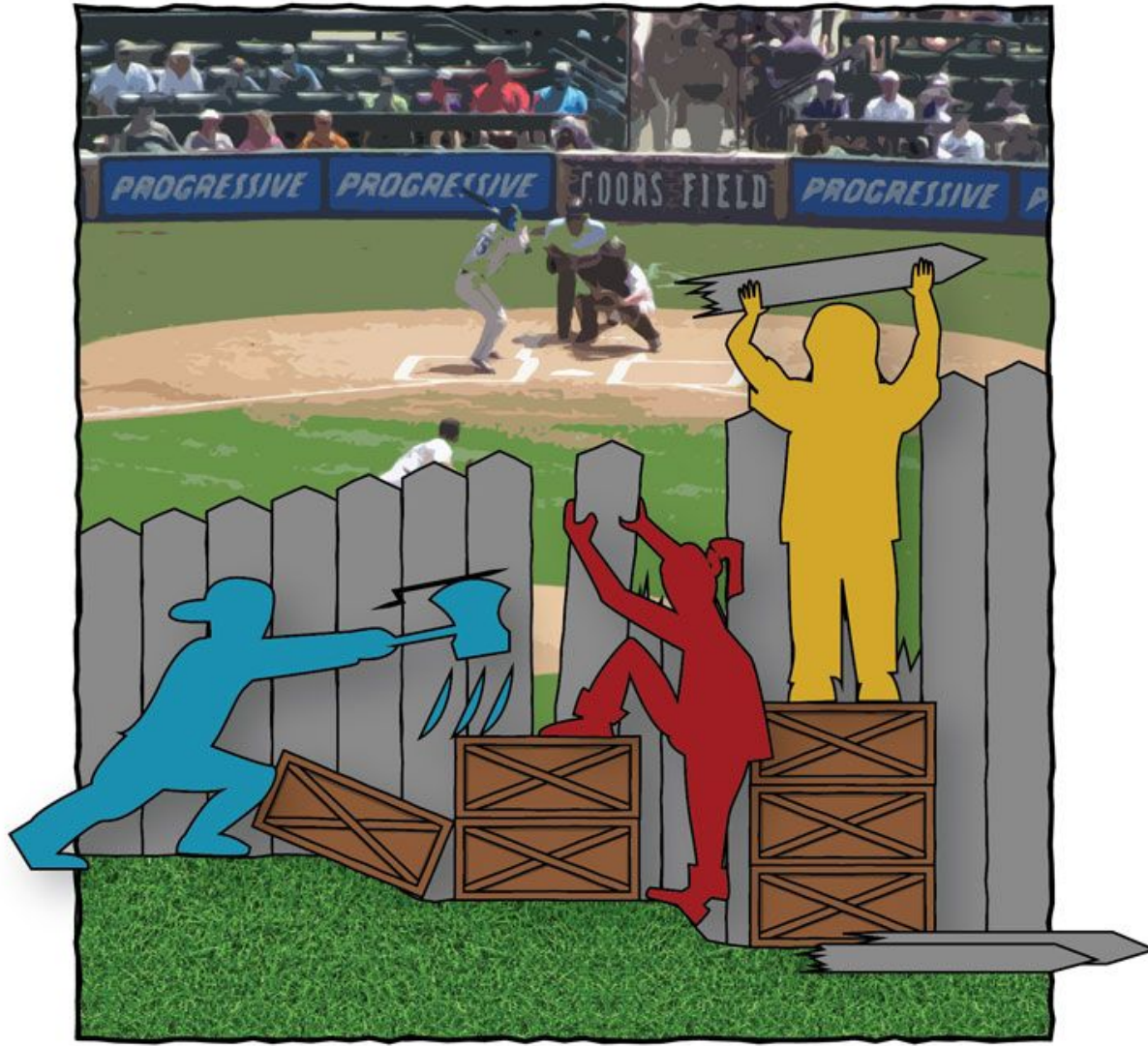
Published by: [University of Pennsylvania Press](https://www.upenn.edu/press/)

Pages: 568

<https://www.jstor.org/stable/j.ctt3fhpfh>

[Search for reviews of this book](#)





JUSTICE

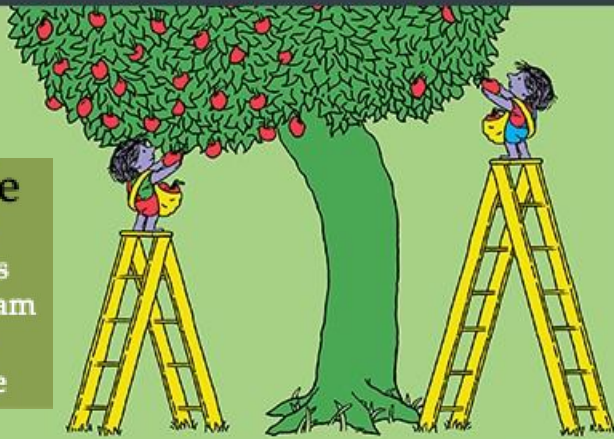
Desigualdade
Acesso desigual a oportunidades



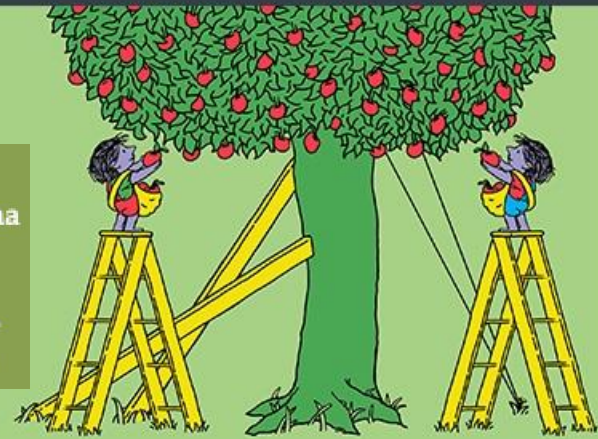
Igualdade
Ferramentas e assistência uniformemente distribuídas



Equidade
Ferramentas personalizadas que identificam e abordam a desigualdade



Justiça
Mudar o sistema para oferecer acesso igual a ferramentas e oportunidades



COP 26 – Glasgow 2021



Online

SEM JUSTIÇA RACIAL, NÃO HÁ JUSTIÇA CLIMÁTICA

A COP26 mais representativa em termos de justiça climática

Uma delegação do movimento negro desembarcou na COP26 com denúncias, propostas e a mensagem-chave que ecoou no Brazil Climate Action Hub: sem justiça racial, não há justiça climática

Andréia Coutinho Louback

12 de novembro de 2021



A faceta tradicional da COP26 estava diferente! Nem precisamos estar no Reino Unido para ter a convicção de que, finalmente, a representatividade brasileira ocupou os espaços da Conferência das Partes, que está acontecendo na cidade de Glasgow, na Escócia. Após muitos entraves e obstáculos entre a agenda final e a pandemia, a conferência está em disputa pela explosão de temas muito caros para a agenda climática que não poderíamos mais esperar. De um lado, temos as negociações em curso, cujas perspectivas não são otimistas. De outro, em termos de Brasil, algo inédito aconteceu. O movimento negro marcou presença com peso – com voz e força!

Na contramão das muitas burocracias processuais para finalmente conseguir credenciamento na conferência mais decisiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), uma delegação de aproximadamente 20 membros do movimento negro – entre jovens, coletivos, organizações, ativistas e lideranças nacionais – desembarcou na COP26 com denúncias, propostas e a mensagem-chave que ecoou no Brazil Climate Action Hub: sem justiça racial, não há justiça climática



Apóie o nosso jornalismo ambiental

Buscar Quem somos



NOTÍCIAS REPORTAGENS SALADA VERDE ESPECIAIS COLUNAS ANÁLISES BIBLIOTECA DICIONÁRIO AMBIENTAL

Biodiversidade | Clima | Política Amb

ANÁLISES

Justiça climática sem combate às desigualdades raciais é colonialismo

Participação histórica da Coalizão Negra por Direitos na COP26 reforça a discussão sobre a importância do combate ao racismo ambiental e às desigualdades sociais

DOUGLAS BELCHIOR · DIOSMAR FILHO · LUIZ SOARES · 11 de novembro de 2021 · 2 anos atrás



Movimentos por Justiça Climática: classe média e branca?



POR QUE A JUSTIÇA CLIMÁTICA IMPORTA
Como as comunidades mais afetadas estão lidando com as mudanças climáticas

MARIA JOSÉ PACHECO
Secretária Executiva Regional do Conselho Nacional de Políticas e Comunidades Tradicionais

PRETO ZEZÉ
Presidente Nacional da CUF Central Única das Favelas

AMANDA DA CRUZ COSTA
Problema Líder 30, Embaixadora da ONU e mobilizadora de Redes do Youth Climate Leaders

ALEXANDRE ANDERSON
Presidente da AIOMAI Associação Mulheres e Mulheres do Mar

**10 DE ABRIL
15H 15**
HORARIO DE BRASÍLIA

https://www.instagram.com/tv/CWtBl6gptqK/?utm_source=ig_web_copy_link

Anger is most powerful emotion by far for spurring climate action, study finds

Link to climate activism is seven times stronger for anger than it is for hope, say Norwegian researchers

Ajit Niranjana

Mon 21 Aug 2023 16.08 BST



📷 A protester during an Extinction Rebellion demonstration in London in 2019. Photograph: SOPA Images/LightRocket/Getty Images

Anger is by far the most powerful emotional predictor of whether somebody plans to take part in a climate protest, research suggests.

The **study** which asked 2,000 Norwegian adults how they felt about the

Onde vocês estarão no dia 15/09?



<https://fridaysforfuture.org/action-map/map/>

A menção dos movimentos sociais às questões aqui abordadas é significativa porque tanto a abordagem da **justiça ambiental** quanto sua ramificação, a **justiça climática**, operam de forma integrada com demandas e denúncias dos grupos mais afetados ou mais expostos às desigualdades ambientais.

Além disso, em um cenário de emergência climática, movimentos sociais que defendem as populações mais vulneráveis trazem contribuições importantes para o enfrentamento do problema.





Isso nos leva a duas questões:

- (1) participação da comunidade relacionada às respostas de justiça climática em direção à equidade e transições justas de sustentabilidade.
- (2) O entendimento de que a **justiça climática** é uma ramificação da abordagem de **justiça ambiental**.



Greenpeace e Clima de Eleição promovem formação em advocacy climático para jovens das periferias; inscrições vão até 31 de julho



Vinicius Oliveira
17 de julho de 2023

Ouvir: Greenpeace e Clima de Eleição promov 0:00 audímo



Pessoas de 18 a 29 anos de Manaus (AM), Recife (PE) e São Paulo (SP) podem participar de iniciativa da instituição – objetivo é fortalecer a juventude para incidir sobre políticas públicas de adaptação à crise do clima;

Programa terá oficinas on-line, com 30 bolsas de conectividade para acesso à internet; objetivo é gerar ações imediatas para proteger as populações de eventos climáticos extremos;



EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO BRASIL: A NECESSIDADE DE UMA ADAPTAÇÃO NÃO-RACISTA

Estamos vivendo no Brasil desigualdades sociais e territoriais decorrentes dos impactos e efeitos do aquecimento do planeta em 1,1 °C. Precisamos urgentemente, portanto, de políticas públicas que contenham medidas efetivas de adaptação para responder aos efeitos dos eventos climáticos extremos sobre a vida das populações das cidades, da floresta e do campo. Os desastres ocorridos nos últimos três anos, com enchentes e deslizamentos, contudo, revelam que nem o poder público, nem as instituições privadas estão atuando na gestão das mudanças climáticas. Assim, devem ser responsabilizados adequadamente por sua omissão e ação ilegais.

O que aconteceu recentemente no litoral norte de São Paulo é mais um triste exemplo dos impactos da crise climática que se agrava dia após dia. De acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres (Cemaden), as chuvas que caíram no final de semana de Carnaval – 18 e 19 de fevereiro últimos –, resultaram no acumulado de 682 mm de precipitação em Bertioga e 626 mm em São Sebastião, os maiores valores já registrados no país. Antes, c

chu

A crise, no entanto, é sentida que se repetiram nos anos de pessoas morreram direta ou terras em encostas na Bahia



2ª edição do Spring Iyaleta
promove cursos livres na
Primavera 2023

LEIA EM IYALETA.ORG





**DIÁLOGOS
SOCIOAMBIENTAIS**

RACISMO AMBIENTAL

EDITORAS DO VOLUME

**ANA CLAUDIA SANCHES
MARIANA BELMONT**

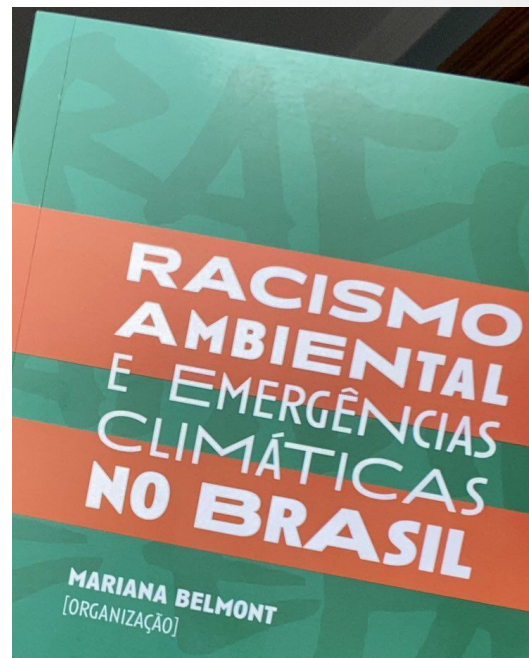
julho
2023

volume

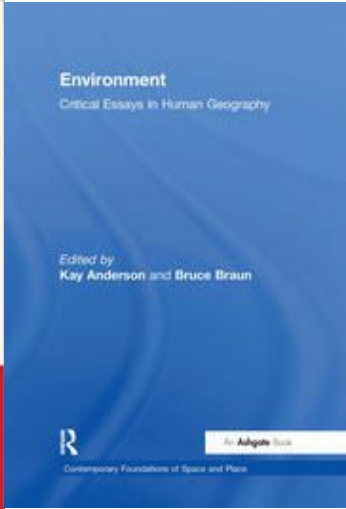
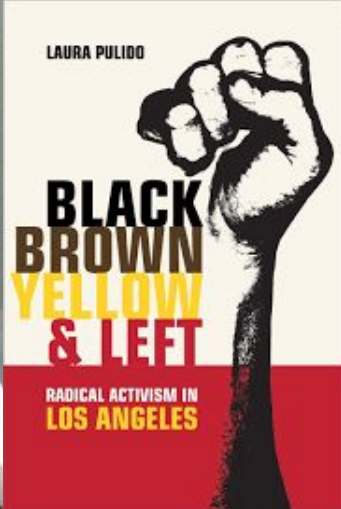
06

número

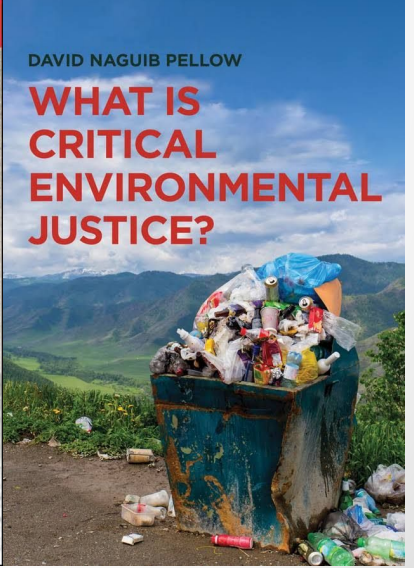
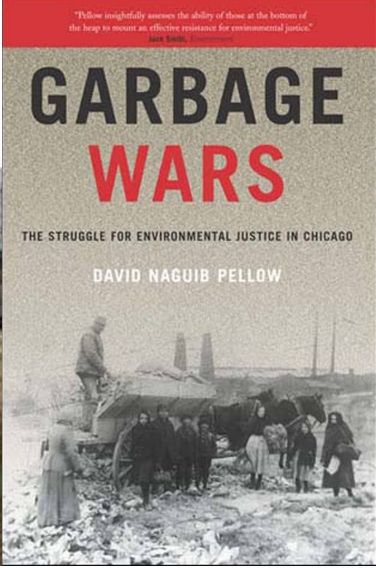
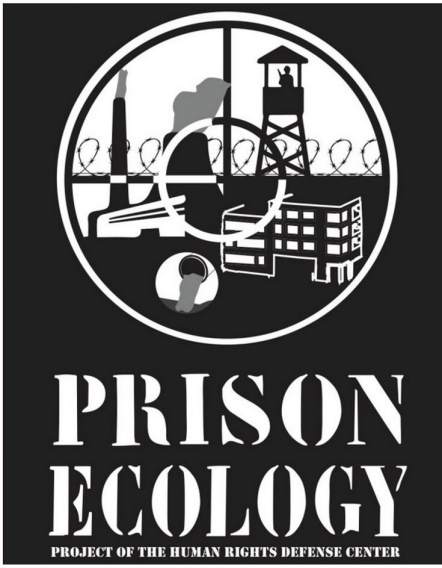
17



Racismo Ambiental



Rethinking Environmental Racism: White Privilege and Urban Development in Southern California



GUIA PARA A ELABORAÇÃO
DE PLANOS DE ADAPTAÇÃO
E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

MATRIZES

2ª edição revisada

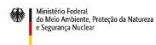


<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/municipiosresilientes/guia/>

<https://smastr16.blob.core.windows.net/municipiosresilientes/sites/257/2022/12/5a-versao-do-plano-de-adaptacao-e-resiliencia-de-ubatuba.pdf>

<https://smastr16.blob.core.windows.net/municipiosresilientes/sites/257/2022/12/subsidios-planobs-gt.pdf>

Por ordem do



da República Federal da Alemanha



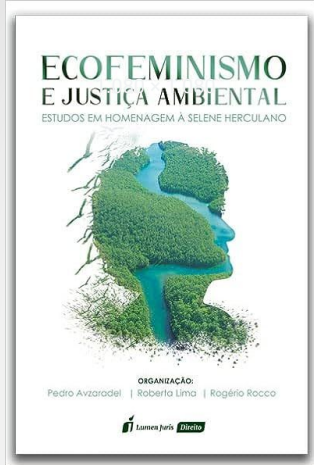
Por meio de



Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística  **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO



AGYEMAN, J. , SCHLOSBERG, D., CRAVEN, L. AND MATTHEWS, C. Trends and Directions in Environmental Justice: From Inequity to Everyday Life, Community, and Just Sustainabilities.



HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. InterfacEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente.



SANCHES BAPTISTA, Ana Claudia; DE OLIVEIRA SANTOS, Izabela Penha. O RACISMO AMBIENTAL NA METRÓPOLE PAULISTANA: ENTRE OS BECOS E VIELAS DE SÃO PAULO. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN),